

Luz Cunha — Fernando Quintanilha Mendonça Dias — Alberto Marciano Gorjão Franco Nogueira — Eduardo de Arantes e Oliveira — António Augusto Peixoto Correia — Inocêncio Galvão Teles — Luís Maria Teixeira Pinto — Carlos Gomes da Silva Ribeiro — José João Gonçalves de Proença — Pedro Mário Soares Martinez — Francisco António das Chagas.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção-Geral da Fazenda Pública

Decreto-Lei n.º 45 150

Atendendo a que, pelo seu permanente contacto com o público, se torna conveniente que os guardas dos principais monumentos nacionais, propriedade do Estado, se apresentem condignamente fardados;

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. Poderá ser atribuído o direito a fardamento, nos termos estabelecidos para o pessoal menor dos Ministérios, aos guardas dos monumentos nacionais, propriedade do Estado, de maior importância artística, histórica e turística.

§ único. A atribuição será feita por despacho do Ministro das Finanças, mediante proposta fundamentada da Direcção-Geral da Fazenda Pública.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 22 de Julho de 1963. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — António de

Oliveira Salazar — José Gonçalo da Cunha Sottomayor Correia de Oliveira — Manuel Gomes de Araújo — Alfredo Rodrigues dos Santos Júnior — João de Matos Antunes Varela — António Manuel Pinto Barbosa — Joaquim da Luz Cunha — Fernando Quintanilha Mendonça Dias — Alberto Marciano Gorjão Franco Nogueira — Eduardo de Arantes e Oliveira — António Augusto Peixoto Correia — Inocêncio Galvão Teles — Luís Maria Teixeira Pinto — Carlos Gomes da Silva Ribeiro — José João Gonçalves de Proença — Pedro Mário Soares Martinez.

Direcção-Geral da Contabilidade Pública

Portaria n.º 19 957

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Finanças, nos termos do disposto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 45 003, de 27 de Abril de 1963:

1.º Aprovar os seguintes impressos, conforme os modelos anexos:

Modelo C. P.-M 1 — Boletim de alterações a introduzir nas folhas de vencimentos.

Modelo C. P.-M 3 — Idem nas folhas de pensões.

Modelo C. P.-M 4 — Relação-protocolo de boletins.

2.º Tornar obrigatório o seu uso quanto a abonos cujo processamento seja efectuado por sistema mecanográfico.

3.º Considerar os mesmos impressos exclusivos da Imprensa Nacional, devendo a sua tiragem ser feita no formato normalizado A₄ (210 mm × 297 mm).

Mnistério das Finanças, 22 de Julho de 1963. — O Ministro das Finanças, António Manuel Pinto Barbosa.

Modelo C. P.-M 1 (Frente)

Ministério d_____

2. _____

4. _____

N.º _____				Números de subscriptor			
Caisse de Previdência do Min. da Educ. N.º _____	Caisse de Previdência do Min. das Finanças	Montepio dos Servidores do Estado	Caisse Général de Assurances				
_____	_____	_____	_____				

BOLETIM PARA ALTERAÇÃO DE ABONOS OU DESCONTOS

1. _____

3. _____

5. Nome completo _____

6. Categoria _____ 7. Provimento _____ 8. Data do nascimento / / 19 _____

9. Bilhete de identidade n.º _____ de / / 19 — Arquivo d. _____

10 Motivo do preenchimento deste boletim	11 Data em que o facto ocorreu	12 Diploma	13 Tribunal de Contas	14 Publicação no Diário do Governo	15 Entrada em exercício	16 Despacho de concessão de licença	17 Licença sem vencimento
Justificadas	Natureza	Data	Vista	Anotação	/ / 19	/ / 19	/ / 19
_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____

Faltas e licenças com influência nos abonos (Funcionários de nomeação vitalícia e contratados)

No mês de _____				De Janeiro a _____				27	28
19 Folhas	20 Licença por doença	21 Total	22 Justificadas	23 Folhas	24 Licença por doença	25 Total	26 Justificadas		
_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	Do / / 19	a / / 19
_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____

29. Foi-lhe já concedida licença graciosa neste ano? { Sim.
(Cortar o que não interessa) Não.

32. Acumulações — O servidor a que se refere este boletim
(Cortar o que não interessa)

Não acumula qualquer cargo.
Acumula o seguinte cargo: _____

Observações: _____

30 Doença	31 Por outro motivo			
No mês de _____	De Janeiro a _____	No mês de _____	Dias	Horas
de _____	à _____	de _____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____

Entidade que autorizou	Data do despacho	Remuneração
_____	/ / 19	\$ _____
_____	/ / 19	\$ _____

Nota — As rasuras devem ser ressaltadas e os espaços desnecessários anulados.

1. Direcção-Geral ou designação equivalente. 2. Repartição, Direcção ou Serviço. 3 e 4. Outras indicações para perfeita identificação da folha. 7. Vitalício, contratado, assalariado, etc. 10. Indicar: nomeação, promoção, excesso de faltas, perda de horas de trabalho, exoneração, demissão, transferência de ... para ..., alteração de descontos, aposentadoria, falecimento, etc. 12. Portaria, contrato, alvará, etc. 17. A indicação deste elemento pressupõe a existência de posse nos termos legais. 32. Considerar as acumulações de cargos do Estado, corpos administrativos, das pessoas colectivas de utilidade pública administrativa ou dos organismos corporativos e de coordenação económica.

C. P.—Mod. M 1 (Modelo n.º 500—Exclusivo da Imprensa Nacional de Lisboa)

(A4—210 mm × 297 mm)